

Nicélio do Amaral Barros

**Relações políticas e des(envolvimento) regional: uma análise do
comportamento dos setores industriais de Juiz de Fora
e Belo Horizonte entre 1925 e 1940***

Resumo

Mestre em História Social das Relações Políticas pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGHIS/UFES).
niceliobarros@superig.com.br

No presente artigo procuramos analisar as causas que motivaram a estagnação e declínio do setor urbano-industrial do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira entre os anos de 1925 a 1940. Sediado na cidade de Juiz de Fora, o parque industrial da região foi o mais dinâmico do estado até a década de 1930. Procuramos apontar que a crise do setor cafeeiro se reflete na indústria local, ampliada por fatores de ordem política, uma vez que durante os anos 1930, a burguesia industrial de Juiz de Fora perde espaço para a burguesia industrial belo-horizontina junto às esferas de decisões do governo estadual. Por fim, propomos uma cronologia alternativa para o declínio do setor industrial da Mata mineira.

Palavras-chave: Relações políticas. Desenvolvimento regional. Minas Gerais.

Abstract

On the presente article, we're tried to analyse the causes with have motived the stragnancy and fall of the urban-industrial sector of the "complexo cafeeiro" in the zona da Mata from 1925 thorough 1940. Centred in Juiz de Fora, the industrial park of region was the more dynamic of state until the decade of 1930. Affort was show an sector coffee's crises reflecting in local industry, amplify, for factors of politic order, once a time during 1930's the industrial burgeoisie of Juiz de Fora to miss the place for the industrial burgeoisie "belorizontina" in the decisions sphere's of government state. Lastly, propunded an chronology alternative for the decline the sector industrial of the zona da Mata.

Key-words: Political relations. Regional development. Minas Gerais.

1. Introdução

O objetivo central do presente trabalho é analisar as causas que levaram ao declínio do parque industrial da cidade mineira de Juiz de Fora entre 1925 e 1940. Nossa hipótese central se sustenta em três dessas causas: a crise do segmento agrário-exportador a partir de meados da década de 1920, quando se escasseiam as matas virgens da região; os reflexos dessa crise no setor industrial, fortemente dependente do setor produtivo cafeeiro; e, a perda de liderança política da zona da Mata no decorrer da década de 1930, quando setores da burguesia belo-horizontina, ligado aos ramos metalúrgico e siderúrgico ganharam poder de decisão junto ao interventor varguista Benedicto Valladares (1934-1945). Nossas principais fontes primárias pesquisadas foram processos de falências de indústrias de Juiz de Fora, publicações do Departamento Estadual de Estatística (DEE) e relatório da prefeitura de Juiz de Fora.

Teoricamente nos apoiamos no que Hischmann (1985: 31-79) chama de “abordagem dos *linkages* generalizados ao desenvolvimento” ou “efeitos de encadeamento”. Procuramos entender o crescimento do setor industrial em Juiz de fora a partir de sua capacidade para gerar investimentos e inversões em setores diversos da economia, além da cafeeira. Ou seja, apesar de suas condições interioranas, desenvolveu-se na cidade aquilo que Pires (2004: 12) chama de “complexo agro-exportador periférico”. Para Suzigan (1986: 66-72), a análise de um país ou região “novo” a partir dos “efeitos de encadeamento” se baseia no seguinte:

Uma vez que se trata da economia de país periférico (ou de um país novo), as condições econômicas internacionais e a posição subordinada do país na divisão internacional do trabalho são dadas. Assim, o principal determinante da potência de um produto básico para gerar efeitos de encadeamento ou de expansão é a natureza desse produto, ou seja, sua capacidade de induzir investimentos no mercado interno através da demanda de fatores e insumos intermediários para sua produção da possibilidade de processamento ulterior do produto básico, e da distribuição da renda proveniente da expansão do produto básico de exportação (SUZIGAN, 1986: 67).

Em Juiz de Fora, conforme demonstrado por Pires (2004: 39-181; 2007: 139-194), os “efeitos de encadeamento” da economia cafeeira para outros setores efetivamente ocorreram. A cidade se tornou importante entreposto comercial e diversos empreendimentos foram realizados no município a partir da segunda metade do século XIX, como o desenvolvimento do sistema de transportes ligando-o ao Rio de Janeiro, a constituição da Companhia Mineira de Eletricidade (CME) e a criação de dois bancos – o Banco Territorial e Mercantil de Minas S.A. (BTMM), em 1897 e o Banco de Crédito Real de Minas Gerais S.A. (CREDIREAL), em 1889; havia mão-de-obra especializada devido a formação de uma colônia de imigrantes alemães e italianos que trabalharam inicialmente na construção da rodovia União e Indústria; e, havia um mercado consumidor formado por outros estados, sobretudo o do Rio de Janeiro e pelo mercado local (PAULA, 2001: 74-92).

*. O presente trabalho sintetiza os pontos principais do capítulo 2, “Crise estrutural do complexo cafeeiro da zona da Mata mineira”, da Dissertação de Mestrado “*Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*”, a ser defendida em março de 2007 por Nicélio do Amaral Barros, no Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas (PPGHIS) da Universidade Federal do Espírito (UFES), tendo como orientador o Professor Doutor Luiz Cláudio Moisés Ribeiro.

Em fins da década de 1920 e durante a década seguinte o padrão da industrialização da região começou a decair e a economia cafeeira entrou em declínio, substituída pela pecuária leiteira (Destro, 2006), acompanhada de modificação da estrutura fundiária, levando a uma estagnação da economia regional (BARROS, 2007: 119-20). Entender, portanto, como a crise dessa economia regional incidiu sobre a industrial local é o ponto central do presente trabalho.

2. O setor urbano-industrial de Juiz de Fora entre 1914 e 1930

A região da zona da Mata mineira posicionou-se historicamente como importante centro da economia mineira, tendo sido marcada, em fins do século XIX e início do século XX pela expansão do plantio e comercialização do café. A riqueza então produzida foi responsável pela organização e sustentação das finanças públicas mineiras, possibilitando a expansão da burocracia e dos serviços públicos, das atividades produtivas, do sistema bancário e da infra-estrutura, já que mais da metade dos impostos arrecadados provinham dessa cultura (BARROS, 2007: 82-91).

Com relação à influência da Primeira Guerra Mundial sobre o processo de industrialização de Juiz de Fora, é preciso deixar claro que sua implantação é anterior à sua deflagração. O período imediatamente anterior à Guerra – 1900 a 1914 – foi bastante dinâmico. Registrou-se a fundação de 185 estabelecimentos industriais. Para o período seguinte – 1915 a 1930 – verificou-se a organização de 72. O crescimento se reduz de 50%. E nos anos 1915 a 1919 o aumento foi de apenas sete indústrias. A julgar por estes dados, durante a Guerra a expansão industrial, em termos de criação de novas fábricas, é muito baixo. O que parece ter ocorrido, segundo Giroletti (1988:131), foi aumento da produção decorrente da superutilização da capacidade industrial instalada no período anterior.

Quadro 1 - Número de falências de estabelecimentos industriais em Juiz de Fora - 1920/1930

ANO	N.º DE FALÊNCIAS
1920	1
1921	2
1922	7
1923	6
1924	5
1925	20
1926	18
1927	9
1928	15

1929	26
1930	9

Fonte: AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Se, por um lado, o número de indústrias surgidas na década de 1920 é pequeno se comparado aos quinze primeiros anos do século XX, o número de unidades fabris que decretaram falência é considerável, sobretudo, após 1925, como podemos observar no Quadro 1. A crise no segmento agrário se reflete no setor urbano-industrial, iniciando neste um quadro de estagnação e declínio que vai perdurar, pelo menos, até ao final da década de 1930.

Entendemos que as razões do limitado desenvolvimento do processo industrial do complexo cafeeiro de Juiz de Fora até a crise de 1929 devem ser buscadas, preferencialmente, menos em características psicossociais dos empresários ou no predomínio das empresas familiares, do que em fatores de ordem estruturais endógenos e exógenos. Primeiro, a estrutura comercial de exportação de café e de importação, apesar da formação de um sistema financeiro regional. Segundo, o reordenamento e rearticulação da economia a nível nacional, com o deslocamento da lavoura cafeeira para São Paulo e as mudanças dela decorrentes que o transformaram no maior centro econômico industrial, financeiro e comercial do país, e as conseqüências desta hegemonia, em termos de dominação econômica sobre as demais unidades da federação. Terceiro, uma rearticulação interna da economia mineira, com o fim das “matas virgens” na região de Juiz de Fora, quer em virtude do deslocamento da produção de café para o norte e nordeste da zona da Mata e das alterações em termos de transporte ferroviário e rodoviário quer em termos de insuficiência de energia ou dos altos preços das tarifas de transporte, quer devido às conseqüências econômicas e políticas da construção da capital em Belo Horizonte (PIRES, 1993: 148-9). Em quarto lugar, o problema da dependência externa. Todos estes fatores, ao final da década de 1920, atuavam no sentido de esvaziar a região, afetando, conseqüentemente, o desenvolvimento do setor industrial do complexo cafeeiro aqui analisado.

Examinada a dinâmica da economia regional durante a década de 1920, abordaremos no ponto seguinte o comportamento dessa economia no decorrer da década de 1930. Comportamento influenciado – além dos problemas analisados até aqui – pela eclosão da crise de 1929, pela Revolução de 1930 e pelas conseqüentes mudanças na economia e na política estadual e nacional.

3. Estrutura e comportamento do setor urbano-industrial de Juiz de Fora durante a década de 1930

Após 1930, Juiz de Fora apresentaria um período de crescimento relativo sofrendo, logo a seguir, um significativo declínio que a impediu de se incorporar ao desenvolvimento brasileiro subsequente. Tendo em vista esse quadro conjuntural, interessa-nos mostrar como evoluiu sua indústria e quais as características de que se revestiu, para que possamos detectar o marco temporal mais nítido do seu declínio, além de algumas variáveis explicativas deste processo.

Para termos uma idéia entre 1935 e 1936, conforme demonstrado abaixo, nas Tabelas 1 e 2, o

número de estabelecimentos manufatureiros e fabris de Juiz de Fora sofreu um acréscimo significativo, tendo quase duplicado – passa de 255 para 491 unidades. Entretanto, tal acréscimo parece ter-se constituído de pequenas empresas, pois, com relação a outros dados referentes ao setor, não observamos as mesmas proporções. O número de operários, por exemplo, aumentou apenas 21,5%; se relacionarmos o número de operários acrescidos (1.516) ao número de empresas igualmente acrescidas (236), teremos uma média de 6,4 operários para cada uma dessas indústrias; houve, inclusive, um declínio considerável do índice de operário/indústria para o total de Juiz de Fora: em 1935 o índice era de 27,7, caindo para 17,47 em 1936. Entretanto, não se pode negar o estímulo experimentado pelo setor industrial de Juiz de Fora nos meados dos anos 30, ainda que o mesmo tenha se caracterizado pela multiplicação das pequenas indústrias. Esse estímulo, porém não teve caráter duradouro, não perdurando até o final da década.

**Tabela 1 - Indústria manufatureira e fabril - Juiz de Fora
(1935/1941)**

ano	n.º de estabelecimentos	capital (contos de réis)	peçoal empregado
1935	255	49.015:909	7.065
1936	491	69.262:681	8.849
1937	499	70.857:769	10.269
1938	462	82.112:963	10.724
1939	531	81.297:640	12.287
1940	399	77.233:850	11.040
1941	403	77.233:850	10.952

Fonte: DEE, 1943: 17.

**Tabela 2 - Indústria manufatureira e fabril - Juiz de Fora
(1935/1941)**

ano	força motriz empregada (kw)	valor da produção
1935	8.269	81.526:490
1936	9.849	94.490:655
1937	10.269	107.255:771
1938	10.724	115.676:679
1939	12.287	104.650:270

1940	11.040	105.674:455
1941	10.952	105.674:455

Fonte: DEE, 1943: 31.

Ao analisarmos o número de estabelecimentos industriais surgidos entre 1930/39 em relação ao número de falências do setor no mesmo período (Quadro 2), observamos que o primeiro é bem maior que o segundo. No entanto, o quilate das empresas falidas é superior ao das empresas abertas. Nesse período, nenhuma grande fábrica surgiu na cidade como podemos verificar, ao passo que a dimensão daquelas unidades fabris que fecharam demonstra a perda substancial de fôlego da indústria local. Mesmo com a diminuição do índice de falências entre 1935/39 (31) em relação ao quinquênio anterior (53), os dados estão a apontar o que dissemos na parte anterior do trabalho, ou seja, o período crítico se deu entre 1929 e 1933, quando o número de falências chegou a 94.

Quadro 2 - Número de falências de estabelecimentos industriais de Juiz de Fora (1931/1940)

ANO	N.º DE FALÊNCIAS
1931	22
1932	12
1933	15
1934	4
1935	8
1936	0
1937	6
1938	7
1939	7
1940	3

Fonte: AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Tomando os ramos industriais que apresentaram em 1938 um valor de produção igual ou superior a 1:000.000\$ (Hum mil contos de réis) temos o seguinte quadro: a produção de tecidos reduziu-se, em 1939, de 35% e o seu valor de produção caiu quase 50% com relação a 1938; no setor de fiação e tecelagem, líder do setor industrial, somente quanto aos fios (de seda e de algodão) houve algum crescimento; na indústria alimentícia, houve decréscimo ou estagnação em quase todos os seus ramos; quanto aos produtos derivados do curtume, embora a produção tenha aumen-

tado, o valor obtido pela mesma decaiu, ocorrendo o mesmo com as indústrias de papel, tecidos de seda, camisas de meia e manteiga. Foi na indústria da madeira e derivados que observamos um crescimento significativo, embora no caso mobiliário o crescimento do valor de produção tenha ficado muito aquém do índice de crescimento da produção (Tabelas 3.1 e 3.2).

**Tabela 3.1 - Valor da produção industrial - Juiz de Fora
(1938/1939)**

Valor da produção - Juiz de Fora		
alimentação	1938	1939
Banha	2.327:400\$	2.570:934\$
	2.533:580\$	2.633:840\$
	3.211:154\$	2.283:576\$
	2.795:000\$	2.447:866\$
	1.704:600\$	991:899\$
	1.865:200\$	1.854:740\$
	5.148:549\$	3.994:083\$
F. Tecelagem		
Tecidos algodão	23.497:809\$	13.345:746\$
Tecidos malha	12.883:771\$	9.907:984\$
Camisas meia	6.114:784\$	5.918:869\$
Cobertores	3.428:325\$	3.927:460\$
Fios, seda e algodão	3.802:438\$	5.182:455\$
Tecidos seda	3.725:448\$	3.093:480\$
Sabão	1.662:371\$	1.515:120\$
Couro		
Couros e peles	13.152:674\$	12.043:844\$
Calçados	4.997:880\$	3.747:838\$
Madeira		
Madeira	2.980:200\$	3.159:900\$
Esquadrias	1.321:800\$	1.886:870\$
Móveis	1.234:974\$	1.623:538\$
Metalúrgica		
Latas estampadas	3.260:256\$	3.322:313\$
Const. Rep. Veículos	868:000\$	1.739:185\$

Papel e Gráfica

Impressos	2.475:609\$	2.518:721\$
Papel	2.451:373\$	2.213:668\$
Caixas e malas papelão	906:895\$	1.410:574\$

Fonte: Paula, 1976: 172-3.

Tabela 3.1 - Valor da produção industrial - Juiz de Fora (1938/1939)

alimentação	1938	1939	
Banha	630.199 kg	697.240 kg	10,1 +
Bebidas	1.481.036 L	1.347.712 L	9,2 -
Café	1.612.577 kg	1.138.788 kg	29,1 -
Manteiga	430.000 kg	438.311 kg	1,9+
Queijo minas	568.200 kg	330.663 kg	41,8-
Massas	1.426.500 kg	1.419.300 kg	0,5-
Pães	3.116.583 kg	2.636.134 kg	15,4-
F. Tecelagem			
Tecidos algodão	19.590.129 m	12.664.551 m	35,3-
Tecidos malha	5.732.712 m	4.751.340 m	17,3-
Camisas meia	235.184 dz	236.387 dz	0,5+
Cobertores	685.665 unid	785.492 unid	14,5+
Fios	378.577 kg	470.907 kg	24,3+
Tecidos seda	210.450 m	257.790 m	22,4+
Sabão	1.310.910 kg	1.262.600 kg	3,6-
Couro			
Couros e peles	1.846.829 kg	1.872.486 kg	1,3+
Calçados	981.388 par	1.013.061 par	3,2+
Madeira			
Madeira	9.936 m ³	10.533 m ³	6,0+
Esquadrias	8.821 unid	13.251 unid	50,2+
Móveis	15.139 unid	60.228 unid	297,8+
Metalúrgica			
Latas	815.064 unid	830.578 unid	1,9+

Outras

Papel	2.379.984 kg	2.767.086 kg	16,2+
Caixas e malas de papelão	2.267.239 unid	2.896.687 unid	12,7+

O mais importante na observação destes dados é verificar não só que algumas indústrias entraram em crise, mas, acima de tudo, que não houve concomitante substituição das mesmas, de forma a impedir que a crise se refletisse no âmbito geral. As perdas naqueles ramos tradicionais não eram compensadas pela exploração ou crescimento de outros setores, tradicionais ou não. A indústria metalúrgica, por exemplo, além de não ter mais relevância na composição da indústria local, também teve sua produção diminuída.

Os reflexos dessa situação podem ser observados nas Tabelas 1 e 2. O valor da produção industrial de Juiz de Fora caiu 9,5% de 1938 para 1939, somente se restabelecendo em 1941. No mesmo quadro outros dados nos mostram a dimensão da crise que se iniciou em 1938. Provavelmente devido aos baixos preços e/ou menor produção obtidos em 1939, a crise se refletiu mais claramente em 1940. Foi com relação a esse ano que outros indicadores do crescimento industrial apresentaram baixas significativas: o pessoal ocupado, por exemplo, foi reduzido quase ao nível de 1935, além das reduções no capital e força motriz empregados. Não há dúvida de que as menores empresas foram mais duramente atingidas, de modo fatal para muitas delas. Importantes indústrias, de maior porte, também declinaram nesse período, quando 132 unidades foram fechadas (o número de indústrias cai de 531 em 1939 para 399 em 1940).¹

4. Elementos comparativos entre as indústrias de Juiz de Fora e de Belo Horizonte durante os anos 1930

Em 1941 aparecem sinais de recuperação. Aumentou o capital e o valor da produção superou os seis anos anteriores, havendo também um acréscimo do pessoal empregado. Contudo, apesar dessa aparente recuperação, é interessante comparar seus dados aos de Belo Horizonte, uma vez que a posição relativa de Juiz de Fora na indústria mineira é um dos pontos que desejamos enfatizar neste capítulo. As principais conclusões que podemos chegar, comparando as Tabelas 4 e 5 com as Tabela 1 e 2, são as seguintes:

1. Entre os estabelecimentos comerciais e industriais de pequeno e médio porte que vão à falência, de 1935 a 1940, podemos citar: Caiaffa & Cia., Arthemiro Araújo & Cia., Francisco Alves Vieira & Cia., Monteiro & Cia., Cláudio de Souza Vieira & Cia., Alfredo Kalargi & Cia., Olivier Diele & Cia., Júlio Menini & Cia., Garcia Mello Ltda., H. F. Sturm & Cia., Irmãos Costabile, Mário Assad & Irmão Ltda., Dahil Jorge & Cia., J. Fernandes Rosa & Cia., Zigman Chusid & Cia., Silva Madeira & Cia., Antônio Fernandes Ervilha & Cia., Manoel Gomes dos Santos & Cia., Boris Brener & Cia., Frisoni & Irmãos. Dentre as sociedades anônimas, ou seja, empresas de maior porte, faliram as seguintes: Cia. Industrial e Comercial América S.A, Indústria de Calçados São João, Cia. Fiação e Tecelagem Industrial Mineira S.A. e Cia. Cervejaria Americana S. A. AH-UFJF. Processos de Falências. Fundo C.

Tabela 4 - Indústria manufatureira e fabril - Belo Horizonte (1936/1941)

ano	n.º de estabelecimentos	capital (contos de reis)	peçoal empregado
1936	466	50.338.071	7.669
1937	627	61.379.517	8.651
1938	739	63.578.555	9.148
1939	712	69.565.892	9.563
1940	716	70.391.749	9.389
1941	721	109.843.660	10.007

Fonte: DEE, 1943: 28.

Tabela 5 - Indústria manufatureira e fabril - Belo Horizonte (1936/1941)

ano	força motriz empregada (kw)	valor da produção
1936	6.442	88.098.008
1937	7.352	112.869.300
1938	7.818	140.795.075
1939	12.431	137.545.896
1940	8.956	140.899.837
1941	10.048	151.871.558

Fonte: DEE, 1943: 28.

Em primeiro lugar, a crise observada não ocorreu em Belo Horizonte. Se a indústria da capital teve problemas neste período, suas conseqüências foram bem menos desastrosas; nela não ocorreram quedas bruscas ou significativas, como em Juiz de Fora. Ao contrário, a capital apresentou um crescimento praticamente contínuo no período de 1936 a 1941; por fim, se a situação no início do período era favorável a Juiz de Fora, em 1941, Belo Horizonte já a ultrapassara em muitos dos indicadores para os quais dispomos de dados. É certo que Juiz de Fora consegue manter vantagens com respeito à relação capital/empresa, mais alta do que em Belo Horizonte durante todo o período, conforme apontado no Quadro 3. Observamos, inclusive, que a diferença a favor de Juiz de Fora, cresceu paulatinamente: seu capital/empresa, em 1936, era 30,5% superior

ao de Belo Horizonte; em 1941 essa relação já seria de 51,3%. De acordo com Paula (1976: 83) e Viscardi & Lobo (2000: 2), atribuímos grande parte desse aumento à paralisação de muitas das pequenas empresas de Juiz de Fora, diminuindo assim o divisor na obtenção da média.

Quadro 3 - Média capital/empresa na indústria manufatureira e fabril - Belo Horizonte e Juiz de Fora (1936/1941)

	1936	1938	1940	1941
J. de Fora	141.065	156.088	193.564	230.988
B. Horizonte	108.043	86.033	98.312	152.350

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Entretanto, mesmo supondo que as empresas juizforanas fossem mais capitalizadas que as de Belo Horizonte, o mesmo não acontecia com o valor da produção. Além disso, ao compararmos o número de operários, encontramos igual ou maior produtividade nas indústrias de Belo Horizonte, a despeito de suas menores reservas de capital. Nos anos considerados de crise em Juiz de Fora, Belo Horizonte não só aumentou sua produtividade relativa, como chegou a superar o tradicional centro industrial mineiro. Em 1938/40, o valor da produção/operário foi substancialmente maior na capital, sendo que em 1941 quase se equiparam, com ligeira vantagem para Juiz de Fora (Quadro 4).

Quadro 4 - Valor de produção por operário - Belo Horizonte e Juiz de Fora (1936/1941)

	1936	1938	1940	1941
Juiz de Fora	11.011	12.952	12.733	14.498
Belo Horizonte	11.618	15.390	15.007	14.318

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Essa vantagem, ao nosso ver, se deve à recuperação da indústria têxtil dessa cidade, bem como à redução do número de operários, de sua indústria em geral, que em 1941 era bem menor do que em 1938 e 1939 (ver Tabela 6 abaixo). Além dessas ressalvas é bom que reafirmar que parte significativa do capital industrial de Juiz de Fora estava concentrada em poucas empresas do ramo têxtil, o que vai alterar algumas das conclusões da análise global.

Mais de 50% do capital industrial de Juiz de Fora pertencia às indústrias de fiação e tecelagem, as quais, em termos numéricos, representavam uma porcentagem inferior a 10% do total da indústria manufatureira e fabril (1936, 7%; 1938, 9,5%; 1940, 9%; 1941, 9%). Tal concentração certamen-

te fez subir o nível geral de capitalização, expresso no Quadro 3, ficando mascarada a situação das demais empresas. Na realidade, estas possuíam um capital muito inferior à média. Ao compararmos apenas os dados da indústria têxtil, é indiscutível a supremacia de Juiz de Fora, além de nos mostrar mais claramente a concentração setorial de sua indústria. Excluindo-a, a realidade se apresenta outra, bem diversa.

Tabela 6 - Participação da indústria têxtil na produção manufatureira e fabril - Juiz de Fora (1935/1941)

	Empresas		capital e reserva	pessoal	força motriz	valor da produção
	M. Fabril	F. Têc.				
1935	255	33	60%	63%	57%	53%
1936	491	34	50%	55%	57%	47%
1937	499	44	50%	55%	54%	45%
1938	462	44	51%	55%	59%	47%
1939	531	42	52%	60%	58%	41%
1940	399	37	50%	57%	54%	52%
1941	403	37	61%	61%	62%	50%

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Vejamos o Quadro 5 abaixo: embora Juiz de Fora permaneça, em 1936, 1938 e 1940, com maior relação capital/empresa, as diferenças são bem menores que as do Quadro 5, quando estava incluída a indústria têxtil, diferença que foi suplantada em 1941.

Quadro 5 - Capital/empresa da indústria manufatureira e fabril, exceto fiação e tecelagem - Juiz de Fora e Belo Horizonte (1936/1941)

	1936	1938	1940	1941
Juiz de Fora	77.351	83.347	104.572	97.362
Belo Horizonte	74.758	64.744	71.835	104.401

Fonte: DEE, 1943: 1-50. (elaborado com bases em dados brutos).

Concluimos que a súbita elevação do capital/empresa de Juiz de Fora, em 1940, foi decorrente da crise ter sido fatal para grande parte das pequenas empresas. Das 132 indústrias desaparecidas em 1940, 127 distribuíam-se entre os vários ramos fora da indústria têxtil. Esta, apesar de ter sofrido com a crise, a qual se refletiu em seu valor de produção e na própria produção, não levou

ao desaparecimento da maioria de suas grandes unidades que, certamente, detinham maior capital. Em poucos dos demais ramos ocorreu fato semelhante. Estes se constituíam, em sua maior parte, de pequenas indústrias que pouco contribuía no capital total. Em 1941, Juiz de Fora possuía um capital/empresa de 230.988\$, o qual decresce para apenas 97.362\$ quando excluimos a indústria têxtil. Em Belo Horizonte a diferença é muito menor (152.350\$ e 104.401\$), conforme apontado no Quadro 5. A aparente recuperação da indústria juizforana limitou-se à indústria têxtil, dando-se, enfim, através do restabelecimento e fortalecimento deste setor, pois, no início da década de 1940 já se antevia um período de mercado favorável, a se estender até depois da Segunda Guerra Mundial.

Como um balanço da configuração setorial da indústria de Juiz de Fora, podemos analisar os dados da Tabela 7 abaixo. Nele se confirma a falta de diversificação ou crescimento da produção dos não-têxteis. Outros ramos tradicionais, ainda que tenham experimentado um crescimento relativo, permanecem muito aquém do índice de crescimento da fiação e tecelagem; além disso, nenhum outro setor mais dinâmico apareceu ou se intensificou até o início da década de 1940.

Ainda no final dos anos 1930, Juiz de Fora começou a perder terreno para outros municípios com relação à atividade exportadora do estado. Inclusive nessa atividade, diminui sensivelmente a inferioridade de Belo Horizonte:

“Enquanto a exportação de Juiz de Fora foi praticamente a mesma, 96.000 contos, em 1939 e 1940, respectivamente, a exportação de Belo Horizonte subiu de 48.000 para 61.000 contos, nos dois anos em apreço, do que se deduz o aumento de 13.000 contos, ou sejam, 27%. Aliás, este surto de progresso é comum em muitos municípios, notadamente naqueles de maior ocorrência mineral”. (DEE, 1943: 23).

Tabela 7 - Distribuição setorial do valor de produção da indústria manufatureira e fabril - Juiz de Fora (1936/1941) %

	1935	1936	1937	1938	1939	1940	1941	
F. Tecelag	53	47	45	47	41	52	48	48, 5
Aliment.	18	17	19	16	18	14	14	16, 5
Couro/Art.	9	11	15	16	15	15	18	14, 0
Metalúrg.	7	7	6	6	7	6	6	6, 4
Outros	13	18	15	15	19	13	14	14, 6
Total	100	100	100	100	100	100	100	

Fonte: Paula, 1976: 177.

Portanto, no final do período 1935/1941, Belo Horizonte começou a suplantar Juiz de Fora, que perde a primazia industrial no estado. Embora inicialmente as diferenças fossem pequenas, o crescimento da capital assume um ritmo acelerado e cumulativo. Com os poderes públicos empenhados em fazer da capital um verdadeiro centro industrial, além de outros fatores que a favorece-

ram, conforme demonstra Dulci (1999: 94-107), Belo Horizonte foi se afirmando e polarizando grande parte do crescimento industrial mineiro.

5. O deslocamento do eixo político em Minas Gerais durante os anos 1930

Assinalamos, entretanto, que a ausência de soluções oportunas para as carências de infra-estrutura não deve ser tomada automaticamente como explicação do esvaziamento de Juiz de Fora. E nesse ponto consideramos alguns fatores de ordem política. Nossa hipótese, que procuramos demonstrar no trabalho, é a de que esta área foi sacrificada no bojo da estratégia de especialização industrial conduzida pelo governo de Minas – e apoiada pela Associação Comercial de Minas (ACM) e pela Federação das Indústrias de Minas Gerais (FIEMG) –, que supunha a canalização preferencial de recursos para a zona centro-metalúrgica e o fortalecimento de Belo Horizonte com pólo econômico. Assim, já sufocada pela concentração industrial em escala nacional, a indústria da Mata se viu em desvantagem também pela concorrência em escala estadual (BARROS, 2007: 164-5).

Conforme se tratou de escolha política, a possibilidade de revertê-la foi mínima, pois exatamente entre as décadas de 1930 e 1960 a Mata se viu sub-representada politicamente (PAULA, 1976: 135-47). Juiz de Fora em especial, viveu um longo período de ostracismo, sem nenhum líder expressivo no cenário estadual desde a queda de Antônio Carlos Ribeiro de Andrada – que se afasta da política após o golpe do Estado Novo em 1937 (PEREIRA & FARIA, 1998: 470-95) – até a ascensão de Itamar Franco em meados dos anos 60. O mesmo ocorreu no seio das elites econômicas, onde a outrora influente comunidade empresarial de Juiz de Fora perdeu visibilidade, em contraste com o peso cada vez maior dos interesses radicados em Belo Horizonte – os quais, como vimos, apoiavam ativamente a fórmula da centralização industrial. (DELGADO, 1997: 60-5).

A organização da burguesia sediada em Belo Horizonte foi outro ponto que procuramos investigar. A Revolução de 1930 abriu um período de transição e de incerteza para todos os atores, inclusive para a burguesia. Se, de um lado, a queda do velho regime desobstruía o caminho para a modernização, de outro lado os embates ideológicos da época apontavam para caminhos bem diversos dos que as elites vinham percorrendo até então. As manifestações da vanguarda empresarial mineira diante do novo quadro se afinavam com a linha-mestra da liderança nacional do setor (de que os mineiros, aliás, participavam diretamente). Falava-se repetidamente da produção e do trabalho, à semelhança do discurso oficial. E visualizavam-se mudanças sociais, norteadas pelo ethos capitalista (DELGADO, 1997: 75-86).

O problema institucional básico se referia ao enquadramento no sistema corporativista definido pelo Governo Provisório. De uma resistência inicial – que refletia a busca de status privilegiado em relação às classes trabalhadoras – passou-se em certo momento à sindicalização em massa de entidades empresariais. Isto se deu, provavelmente, em virtude dos critérios de escolha dos representantes classistas na Constituinte de 1934: só participariam entidades oficializadas. Assim se desenhou um esquema organizacional ambivalente, com o enquadramento de entidades no modelo oficial e a preservação da autonomia de outras, como associações puramente privadas. A

Federação das Indústrias foi montada como órgão sindical, ao passo que a Associação Comercial de Minas (tal como suas congêneres nos municípios do interior) se manteve como entidade civil (DELGADO, 1997: 65-6).

Este formato produziu conseqüências relevantes do ponto de vista estratégico. As duas entidades mencionadas, que são as mais influentes da burguesia mineira, passaram a atuar de forma distinta, mas complementar. A FIEMG, orientando-se predominantemente para dentro da classe, organizando o setor industrial e preparando-o para os conflitos com outros setores (por exemplo, com o sindicalismo operário). A ACM, por seu turno, funcionando mais abertamente, como fórum de debates e deliberações sobre política econômica, como grupo de pressão sobre os poderes públicos e como centro de colaboração e divulgação do que se poderia chamar de projeto político empresarial. A complementaridade foi facilitada pela dupla filiação dos dirigentes da indústria, que geralmente pertenciam também a ACM, como por exemplo, as duas maiores lideranças da burguesia belo-horizontina de então: Américo René Gianetti e Euvaldo Lodi (VIEIRA, 1984: 61).

De acordo com nossa análise as iniciativas políticas da ACM, já presentes no decorrer da década de 1920, se ampliariam no pós-1930. O apoio à indicação do interventor federal Benedito Valladares, as indicações de quadros tecnocráticos ligados aos interesses empresariais belo-horizontinos para a administração estadual e as pressões exercidas sobre o governo de Minas após o Congresso de 1935, estão entre essas iniciativas. No entanto, a estratégia vitoriosa de centralização industrial na região centro-metalúrgica, começa a sofrer abalos ao final da década de 1930, sobretudo pela falta de recursos por parte dessa burguesia para se tornar o único sócio do projeto varguista para Minas Gerais. Não houve tempo nem capital suficiente para tanto. Apesar do apoio político da ACM/FIEMG à política econômica dos governos federal e estadual, Vargas optou pela construção da Companhia Siderúrgica Nacional em Volta Redonda, no estado do Rio, ofuscando o grande projeto da elite belo-horizontina. A partir daí, a entrada de capitais externos na economia mineira se fez cada vez mais presente, relegando a participação da burguesia da capital a certa posição de coadjuvante. Se, durante a República Velha as elites cafeicultoras nunca conseguiram de fato a hegemonia do aparelho estatal mineiro (ao contrário de São Paulo, onde esta hegemonia realmente se consolidou), agora, no novo modelo econômico nacional, as elites da capital do estado também não conseguiram tal posição (DULCI, 1999: 174-78).

Estabeleu-se, então, o revés (Delgado, 1997: 75-81). Em crise, os interesses políticos e econômicos da Mata mineira foram sobrepujados pelos da burguesia belo-horizontina, que, por sua vez, mesmo vitoriosa em seu projeto de centralização e especialização industrial não conseguiu a supremacia desejada. Em outras palavras, menos do que conseguir a hegemonia buscada, o papel desempenhado por essas elites contribuiu para o aprofundamento de Minas como ator secundário no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Por fim, gostaríamos de analisar as características do setor industrial de Juiz de Fora, relacionando-as com outras experiências de industrialização periférica no país e a perda de representação política por parte da zona da Mata como fator de estrangulamento da indústria regional durante os anos 1930.

6. Outras experiências de núcleos agro-exportadores interioranos após a crise de 1929

Desde as primeiras iniciativas, como temos visto, Juiz de Fora se especializou no setor da fiação e tecelagem. Nos primeiros tempos isso foi condizente com as características da industrialização brasileira de então. Entretanto, Juiz de Fora deve ser avaliado, ao nosso ver, sob o ponto de vista de sua incapacidade não apenas para uma diversificação mais contundente, mas, sobretudo da incapacidade do segmento urbano-industrial e do financeiro em diminuir os laços de dependência para com o setor agrário do complexo cafeeiro. Essas características se tornaram requisitos essenciais para a continuidade do crescimento industrial do complexo. Vejamos os comportamentos de algumas cidades ou regiões que no mesmo período experimentaram situações diversas da aqui tratada.

Poucos centros que se especializaram em um setor considerado tradicional como foi o caso da cidade de Blumenau (estado de Santa Catarina), procuraram meios específicos para se firmarem nacionalmente, seja na especialização dentro do próprio setor, explorando artigos mais raros nas indústrias dos pólos industriais, seja entrando no jogo de voltar-se para a produção destinada às camadas de mais alta renda. Ainda assim, levantam-se questões a respeito das possibilidades destes centros se manterem, a longo prazo, com tais características.

Analisando o desenvolvimento industrial de Blumenau, no vale do Itajaí catarinense, entre 1914 e 1950, Singer aponta os setores que se integraram de forma mais firme ao mercado nacional e aqueles que tiveram mais dificuldades no mesmo processo:

A condição de sucesso da penetração no mercado nacional parece ter sido 'abrir' mercados com estrutura monopolística ou oligopolística (oferta concentrada em uma ou poucas empresas). Uma vez firmado o prestígio da marca ou da procedência, uma área do mercado – dos produtos mais caros e de melhor qualidade e prestígio – ficava reservada à indústria de Blumenau. As indústrias que palmilharam caminhos já devassados tiveram geralmente que se contentar com o mercado local e algumas mesmo, como foi o caso de uma fábrica de fósforos e das cervejarias, tiveram que ceder à concorrência dos grandes consórcios nacionais, com sede no Rio ou em São Paulo. (SINGER, 1977: 130).

Evidentemente não pretendemos aqui estabelecer um estudo de comparação histórica entre os casos de Juiz de Fora e o de Blumenau. No entanto, o que podemos inferir do texto de Singer é que, ao contrário dos entraves endógenos e exógenos que as elites juizforanas não conseguiram superar durante os anos 1930, pelo menos o setor urbano-industrial da cidade catarinense experimentou êxito em sua integração no mercado nacional.

Em São Carlos (estado de São Paulo), apesar dos impactos sofridos pela indústria local após a crise de 1929, o setor parece ter se comportado de maneira mais positiva do que ocorreu na zona da Mata mineira. Segundo Truzzi:

Ficam imputadas (...) à desestruturação da economia cafeeira, que arrastou consigo algumas atividades estreitamente vinculadas ao café e à competição exercida sobretudo pela indústria da capital, que começa a conquistar novos mercados regionais, as causas fundamentais de um certo retrocesso no desenvolvimento

das empresas locais na década de 1930”. (...) Entretanto, para a indústria local nem tudo foram perdas. O colapso das importações que se segue a crise de 1929 não foi superado ao longo da década seguinte e tampouco durante o período de guerra. A renda interna no entanto volta logo a crescer ultrapassando o nível atingido em 1929, quatro anos depois. (...) No essencial, porém, pode-se dizer que o saldo foi positivo, pelo menos para a atividade industrial ganhar terreno diante das demais oportunidades de inversão econômica. É bem verdade que São Carlos não pode servir de padrão às cidades interioranas da região, pois já contava antes mesmo da crise cafeeira com um compartimento industrial relevante e diversificado. (TRUZZI, 2000: 132-5).

O que cabe salientar, diante da análise de Truzzi, é que o setor industrial parece ter rompido as amarras com o setor agrário antes da crise do modelo primário-exportador nacional. Ou seja, no momento de crise havia recursos suficientes no setor industrial não somente para alocação de trabalhadores que deixaram o campo, mas para a ampliação da diversificação já existente. Situação diferente do complexo cafeeiro da Mata mineira, onde nenhuma das duas alternativas se configuraram.

Passemos a uma breve análise da situação de Campinas (estado de São Paulo) no mesmo período. Também ali se desenvolveu um complexo cafeeiro desde fins do século XIX com características bastante semelhantes ao da Mata Mineira. Nas palavras de Semeghini:

A dinâmica do complexo cafeeiro estruturou na região uma economia com grau relativamente avançado de disseminação de relações mercantilizadas de produção e de diferenciação da divisão social do trabalho. Esse conjunto de fatores que constituíram a ‘herança cafeeira’, foram fundamentais para viabilizar a rápida transformação de sua economia após a crise de 1929/1930 e o dinamismo posterior (SEMEGHINI, 1991: 184).

Nesse caso, o que nos parece evidente é a relação entre Campinas, a capital paulista e o interior do estado. A magnitude do complexo cafeeiro paulista fez de Campinas a porta de entrada para as regiões interioranas de São Paulo, favorecendo-a com pólo regional. Ou seja, ao contrário de Minas, onde o complexo cafeeiro da Mata não exercia influência sobre as diversas regiões do estado, o que veio a favorecer os conflitos políticos e econômicos entre suas elites, em São Paulo esses conflitos foram de menor dimensão, estimulando economicamente não só a capital, mas, cidades pólos como Campinas. Quando do início da industrialização pesada, esta cidade atraiu ainda mais investimentos, experimentando um salto de crescimento econômico que não ocorreu em Juiz de Fora.

O caso de Ribeirão Preto (estado de São Paulo) se diferencia dos exemplos acima. A cidade era grande produtora de café até a crise de 1929, porém, seu setor urbano-industrial ainda era incipiente e pouco diversificado. Segundo Santos:

A partir da análise da composição dos ativos da riqueza dos cafeicultores de Ribeirão Preto verifica-se que a crise de 1929 mudou a configuração da mesma. Os cafeicultores apesar de investirem em outros setores, observa-se que estes foram cautelosos com seus investimentos, pois continuaram entre 1930 e 1951 com a maior parte das suas riquezas aplicada na economia de Ribeirão Preto (SANTOS, 2003: 1).

Novamente, temos uma outra situação de uma economia regional que se comportou de maneira diferente da de Juiz de Fora. Aproveitando-se da recuperação da atividade industrial em São Paulo já no

início da década de 1930, os cafeicultores de Ribeirão Preto passam a investir, sobretudo, na produção algodoeira, matéria-prima para a indústria têxtil do estado. Ribeirão Preto se beneficia da dinâmica da indústria paulista, experimentando uma inversão de capitais no próprio setor primário. A diferença para Juiz de Fora estava no nível tecnológico de uso do solo em São Paulo, permitindo uma produção de melhor qualidade do algodão, e na própria dinâmica da economia paulista.

Examinemos um caso onde parece ter havido o inverso. No estado do Espírito Santo² não ocorre nem a diversificação experimentada em São Paulo, nem o deslocamento regional ocorrido em Minas Gerais. Para Ferreira:

(...) a estrutura de comercialização que se formou no Estado era (...) pulverizada e, dada a pequena base de acumulação local, as possibilidades de concentração e centralização de capital eram muito limitadas. Não foi outra a razão de todos os grandes investimentos em infraestrutura e mesmo industriais terem sido realizados, ou fortemente apoiados, pelo Estado. A despeito desses investimentos, não se pode afirmar que tenha se formado um ‘complexo econômico regional’ como em São Paulo, por exemplo. Por outro lado, à medida que Vitória vinha se consolidando como porto exportador – quer pela construção da ferrovia ligando-a ao Sul, quer pelo crescimento da produção cafeeira nos antigos núcleos coloniais – o capital comercial sediado no então Distrito Federal, até então responsável pela comercialização de grande parte do café capixaba, não aceitaria perder o controle dos negócios daquela mercadoria. Com isso, surge em Vitória uma estrutura de comercialização composta por diversas casas comissárias de pequeno porte, de capitais locais, e as poucas de grande porte eram filiais de outras, sediadas no Rio de Janeiro. Por essas razões pode-se explicar porque no Espírito Santo, não se manifestou claramente a passagem da dominância do capital mercantil ao capital industrial quando, nos anos 1930 dá-se, para a economia brasileira, a alteração do padrão de acumulação. Ou seja, o capital mercantil não chegou a se ‘transformar’ em capital industrial (FERREIRA, 1987: 254-5).

No caso capixaba, esse estado não chegou a romper com os comissários da praça fluminense – o que ocorreu na zona da Mata em fins do século XIX –, o que dificultou sobremaneira a consolidação de um sistema financeiro endógeno. Ou seja, a crise de 1929 e a década de 1930 ampliaram ainda mais a influência de comerciantes da capital federal na economia local. Dessa forma, a não retenção de capitais na praça de Vitória impediu a economia local de se dinamizar e de se integrar positivamente no novo cenário econômico nacional.

Pretendemos aqui esboçar algumas comparações, guardadas as diferentes identidades regionais, entre alguns núcleos agro-exportadores e a zona da Mata mineira. Pudemos inferir, em breve análise, que os caminhos foram diferentes daqueles trilhados pelo caso mineiro, mostrando a diversidade dos impactos nacionais da crise do final dos anos 1920 e dos rumos seguidos na década de 1930 por esses núcleos.

7. Considerações finais

2. No caso capixaba optamos por não usar a categoria município. Vitória, a capital do estado, sediava em parte seu núcleo comercial, uma vez que as exportações da região sul – lideradas pelo município de Cachoeiro de Itapemirim – carece ainda de estudos mais apurados. Apesar da crescente influência de Vitória – sobretudo a partir da década de 1940 com a criação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) –, preferimos utilizar a categoria “estado” para a análise da economia capixaba durante os anos 1930.

Entendemos que a crise por que passou o setor industrial da zona da Mata mineira durante os anos 1930 se deu por motivos distintos, porém interligados: em primeiro lugar, o fim das “matas virgens” verificado em meados da década de 1920 contribuiu para a perda de qualidade da produção cafeeira. Como o setor urbano-industrial do complexo, devido às suas condições periféricas, era extremamente dependente do segmento agrário, a crise iniciada neste se reflete imediatamente sobre o comércio de Juiz de Fora. Conforme apontamos acima, a partir de 1925 amplia-se o número de falências de casas comerciais e têm início as falências no setor industrial. O elemento significativo da análise aqui é a constatação de que a crise do complexo não se inicia com o “crack” de 1929, e, sim, com um aspecto de ordem endógena: a impossibilidade de reprodução ampliada no segmento agrário.

Em segundo lugar, a eclosão da crise de 1929 e a revolução de 1930 no Brasil trazem consigo uma nova concepção de política econômica, de intervenção do Estado na economia e de ação das entidades de representação burguesa. Em Minas esse cenário se reflete do seguinte modo: crescimento do projeto de centralização (Belo Horizonte) e especialização industrial (ramos siderúrgico e metalúrgico); controle do governo do Estado através da indicação do interventor getulista, Benedicto Valladares; apoio da ACM e da FIEMG ao projeto e ao interventor federal, aliado ao aumento da organização das elites belo-horizontinas por maior participação nas esferas de decisões do governo estadual. Se mesmo durante a Primeira República, quando a zona da Mata era a região mais desenvolvida de Minas, os políticos da região jamais conseguiram a hegemonia política estadual, num cenário amplamente crítico como o da década de 1930, suas elites política e econômica encontraram ainda mais resistência e dificuldades de ocupação nos canais de decisões nas esferas do governo estadual.

Em terceiro lugar, um amálgama dos dois pontos anteriores: em crise econômica e política, Juiz de Fora vê ampliado o número de falências de pequenas, médias e grandes firmas industriais durante a década de 1930. Mesmo as grandes unidades fabris que sobreviveram tiveram sua capacidade de produção e lucros diminuídos. A principal instituição financeira da zona da Mata, o CREDIREAL S.A., encampado pelo governo do estado em 1921, passa a investir, sobretudo, na região centro-metalúrgica a partir dos anos 1930, o que veio a dificultar as possibilidades de recuperação do segmento urbano-industrial da cidade. Também não houve, apesar dos insistentes pedidos por parte da Associação Comercial de Juiz de Fora (ACJF), nenhuma ação do governo mineiro para o abrandamento da crise. Ao final da década de 1930, mesmo ocupando papel relativamente importante no cenário econômico mineiro, a zona da Mata não conseguia mais manter sua estrutura de produção, emprego e crescimento; estava delineado o declínio. Mesmo com certo nível de recuperação durante a década de 1940, a partir dos anos 1950 a crise econômica da região se aprofundou, definindo um panorama que se faz presente até o momento, de acordo com Figueiredo & Diniz (2000: 49-50) e Lemos et al (2003: 682), das seis microrregiões da zona da Mata quatro estão estagnadas: Juiz de Fora, Muriaé, Carangola e Cataguazes; uma está em depressão: Leopoldina. Apenas uma apresenta crescimento econômico: Ubá, devido à formação e desenvolvimento do “cluster” moveleiro. (Bovolento, 2005: 1-78).

Podemos, assim, apontar que em nossa análise encontramos três momentos da dinâmica da economia local: 1) 1920/25: período em que foi mantido o crescimento iniciado na segunda década do século XX; 2) 1925/1935: período em que se iniciam as manifestações da crise no complexo cafeeiro da Mata; 3) 1935/1940: período de agudização da crise econômica nos segmentos agrário

(declínio da produção cafeeira e aumento de pastos para a pecuária) e urbano-industrial (aumento do número de falências de unidades fabris importantes).

A crise passa a ser também política, com a perda de influência de vários políticos da zona da Mata, entre eles, Antônio Carlos Ribeiro de Andrada e Arthur Bernardes. Senão, vejamos os comentários de dois estudiosos do período acerca da participação de Juiz de Fora na Revolução de 30 e, posteriormente, na relação da cidade com o interventor Benedicto Valladares:

O que ocorreu em Juiz de Fora é indescritível. Liberadas as comunicações e confirmadas as notícias do término da contenda, em consequência da deposição do Presidente Washington Luís, uma multidão, eletrizada, se concentrou no centro, diante do prédio da Câmara Municipal, aos gritos de “viva o Brasil”, “salve a Revolução!”, “viva a Aliança Liberal!”, “Antonio Carlos! Antonio Carlos! Antonio Carlos!”. Os lenços vermelhos, até então recolhidos, pareciam pequeninas bandeiras tremulando ao ar. Enquanto isso, sumiam do riscado, desapontados e temerosos, aqueles que, até poucas horas antes, se consideravam donos do poder, fiscalizando, perseguindo, prendendo tanta gente incauta e inocente (BASTOS, 1989: 62-3).

A euforia de 1930 foi substituída, cinco anos depois, por apelos e reclamações contra o interventor:

(...) desviou para Belo Horizonte o desenvolvimento industrial, criando ali o Município de Contagem, para o qual encaminhou indústrias de grande porte. Numa Minas Gerais marginalizada pelo Governo Federal, Juiz de Fora estava também marginalizada, a ponto de ter tido como prefeito, nomeado pelo Governador, um sobrinho deste, com acintosos desprezo pelos políticos locais! Isto diz tudo! (OLIVEIRA, 1998: 51). (grifos nossos)

Com efeito, a trajetória do Brasil tem sido marcada pela dialética entre a primazia do conjunto e a afirmação de suas partes. Isso significa que requerem igual atenção os dois processos, o de integração e o de particularização. Nesta dialética têm lugar as identidades (nacional e regionais). Assim, em nosso estudo, procuramos ressaltar o nexo entre variações econômicas e políticas no processo de modernização, incorporando o problema das identidades regionais como recurso político. No entanto, tais identidades são elementos que devem ser encarados em si mesmos, para compreender o conjunto e sua dinâmica.

FONTES & BIBLIOGRAFIA

1. Fontes primárias

ARQUIVO HISTÓRICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA (AH-UFJF). *Processos de falência de firmas industriais, comerciais e agrícolas de Juiz de Fora – (1920/1940)*. 220 processos. Fundo C.

_____. *Boletim DEE – (1943/1949)*, coleção n° 1/43. Fundo Maria Carlota de Souza Paula.

SETOR DE MEMÓRIA DA BIBLIOTECA MUNICIPAL MURILO MENDES (SM-BMMM). *Relatório do Exmo. Prefeito Municipal de Juiz de Fora Pedro Marques de Almeida – (1931)*. Juiz de Fora: Cia. Dias Cardoso, 1931, 250 p.

2. Obras completas:

BARROS, N. A. *Sob clima tenso: crise estrutural, mudanças institucionais e deslocamento do eixo político e econômico em Minas Gerais – 1920/1940*, Vitória, Dissertação de Mestrado em História, UFES, 2007, 218 p.

BASTOS, W. L. *Ao troar dos canhões: memórias/2*. Juiz de Fora: Edições Paraibuna, 1989, 253 p.

BOVOLENTO, E. A. *Origem e investimento de capital na indústria moveleira da zona da Mata mineira: 1940/1980*, Juiz de Fora, Monografia de Pós-Graduação *latu sensu* em História, UFJF, 2004.

BUENO, N. P. *A Revolução de 1930: uma sugestão de interpretação baseada na nova economia institucional*. Viçosa: DE/UFV, 2004, 13 p. (mimeo).

CROCE, M. A. *O encilhamento e a economia de Juiz de Fora: o balanço de uma conjuntura (1888-1898)*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006, 306 p.

DELGADO, I. G. *A estratégia de um revés*. Estado e associações empresariais em Minas. Juiz de Fora: EDUFJF, 1997, 164 p.

DESTRO, J. A. *A transição da cafeicultura para a pecuária em Juiz de Fora – 1896-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 2006, 220 p.

DULCI, O. S. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: EDUFMG, 1999, 301 p.

GIROLETTI, D. *Industrialização de Juiz de Fora – 1850/1930*. Juiz de Fora: EDUFJF, 1988, 135 p.

KINDLEBERGER, C. P. *The world in depression – 1929-1939*. London: Penguin Books, 1987, 355 p.

PAULA, R. Z. *Percalços da industrialização: o caso de Minas Gerais*, Campinas, Dissertação de Mestrado em História, Unicamp, 2001, 165 p.

PAULA, M. C. *As vicissitudes da industrialização periférica: o caso de Juiz de Fora – 1930-1970*, Belo Horizonte, Dissertação de Mestrado em Ciência Política, UFMG, 1976, 193 p.

PEREIRA, M. L. & FARIA, M. A. *Presidente Antônio Carlos: um Andrada da República: o arquiteto da Revolução de 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998, 597 p.

PIRES, A. *Café, bancos e finanças: uma análise do sistema financeiro da zona da Mata – 1889-1930*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 2004, 412 p.

_____. *Capital agrário, investimento e crise na cafeicultura de Juiz de Fora – 1870-1930*, Niterói, Dissertação de Mestrado em História, UFF, 1993, 247 p.

SUZIGAN, W. *Indústria brasileira*. Origem e desenvolvimento. São Paulo: Brasiliense, 1986, 403 p.

SEMEGHINI, U. *Do café à indústria: uma cidade e seu tempo*. Campinas: UNICAMP, 1991, 197 p.

VALLADARES, B. *Tempos idos e vividos*. Memórias. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966, 282 p.

VIEIRA, E. P. *Minas Gerais: a dominação burguesa – conflitos políticos e formas de organização - 1927-1940*, São Paulo, Tese de Doutorado em História, USP, 1984, 265 p.

VISCARDI, C. R. & LOBO, V. *Juiz de Fora 150 anos: a República revisitada*. Juiz de Fora: DEHIS/UFJF, 2000, 4 p. (mimeo).

3. Capítulos de obras:

FERREIRA, S. P. “Considerações finais e conclusões”, in: *Espírito Santo: dinâmica cafeeira e integração no mercado nacional – 1840-1960*, Rio de Janeiro, Dissertação de Mestrado em Economia, UFRJ, 1987, 261 p.

HIRSCHMANN, A. “Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada”, in: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M. (Orgs.). *Economia e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo: Brasiliense, 1985, 323 p.

SINGER, P. “Blumenau”, in: *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*, análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977, 376 p.

TRUZZI, O. “Origens e evolução da atividade industrial em São Carlos”, in: *Café e indústria: São Carlos - 1850-1950*. 2. ed. EDUFSCar, 2000, 180 p.

4. Artigos:

FIGUEIREDO, A. T. L. & DINIZ, C. C. Distribuição regional da indústria mineira. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 10, nº 2, p. 39-69, 2000.

LEMOS, M. B.; DINIZ, C. C.; GUERRA, L. P.; MORO, S. A nova configuração regional brasileira e sua geografia econômica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, nº 4, p. 665-700, 2003.

OLIVEIRA, A. Os períodos históricos de Juiz de Fora. *Testemunho*, Juiz de Fora, nº 4, p. 41-53, 1998.

PELÁEZ, C. M. A balança comercial, a grande depressão e a industrialização brasileira. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, n. 1, p. 15-47, 1968.

PIRES, A. Minas Gerais e a cadeia global da “commodity” cafeeira – 1850/1930. *G&DR – Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional*, Taubaté, v. 3, nº 2, p. 139-194, 2007.

SANTOS, J. R. As transformações da riqueza dos cafeicultores em Ribeirão Preto entre 1920 e 1951, p. 1-10, disponível no sítio <http://www.abphe.org/textos>